

PRR - Plano de Recuperação e Resiliência

Consulta Pública

A Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIM BSE) vem pelo presente participar na discussão pública do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), nos seguintes termos:

1 – A CIM BSE considera que as medidas constantes do PRR assentam num modelo de desenvolvimento antagónico ao referencial das boas práticas de política regional e coesão territorial, com sentido e espectro nacional, integrando, na larga maioria, opções de financiamento que beneficiam os territórios de maior densidade populacional, com inequívoco prejuízo dos territórios de baixa densidade, concretamente ignorando as prioridades e os projetos apresentados, em tempo devido, por esta CIM, para que o seu território pudesse recuperar de décadas de desinvestimento a que tem vindo a ser votado.

A concretizar-se a proposta de Plano apresentado, esta será uma oportunidade perdida, no que diz respeito à justiça social e à coesão territorial, com base na sustentabilidade dos territórios e das suas pessoas.

2 - As orientações constantes no PRR ao nível dos substanciais investimentos públicos propostos e das respostas aos desafios estruturantes, para as três dimensões estruturais: resiliência; transição climática; e digital; devem ser adaptadas às condições específicas dos territórios de baixa densidade;

3 – Outro aspeto fundamental a ter em consideração é o Modelo de Governação do PRR apresentado, o qual consiste num modelo centralizado que afasta por completo da sua governação as CCDR, as CIM, e os Municípios, sendo estas últimas entidades as que têm desenvolvido, ao longo das últimas Décadas, um trabalho fundamental para efeitos de aproveitamento e execução real dos sucessivos quadros comunitários, não se aceitando o seu afastamento da governação do PRR, pelo que devem ser reponderadas a mobilização e a participação efetiva destas entidades na Governação e execução do PRR.

4 – Nestes termos, em sede de um necessário exercício de revisão e expansão do PRR, a CIM BSE pretende ver considerados os seguintes **projetos prioritários**:

4.1- P1: Internet em todo o território: Acesso à internet de banda larga em todas as localizações (urbanas, rurais e mais remotas) do território, fazendo uso de um sistema de antenas. Montantes de investimento (estimativa) 60 Milhões de euros.

Nestes termos, a CIM BSE pretende ver considerado em sede de PRR o programa Re-CONNECT BSE 20-26, denominado Alta Conectividade em Baixa Densidade.

Este programa, inovador a nível mundial, visa transformar a CIM BSE na única zona de baixa densidade com uma qualidade do serviço de telecomunicações equiparado a uma área de alta densidade, que suporte a melhoria da qualidade de vida dos residentes e a atração de novos residentes (os nómadas digitais);

Esta iniciativa visa a eliminação das desvantagens da baixa densidade, alavancando as suas potencialidades, eliminando-se a info-exclusão em alto espectro. Tal permitirá a criação de valor numa vertente intermodal com o desenvolvimento de uma atividade de integração e inovação, possibilitando a potenciação do eixo verde (florestas e natureza) e do eixo azul (água);

O objetivo político traduz-se na cobertura a 100% de rede de “alta velocidade” na integralidade do território da CIM e na criação de uma rede de *smart housing* para efeitos do melhor acolhimento de atividades de alto valor acrescentado;

O seu caderno de encargos consiste na instalação de fibra ótica em todos os aglomerados populacionais, concentrados ou dispersos; fornecimento de rede móvel (pelo menos em 4G) em todas as áreas povoadas; cobertura das áreas não povoadas em termos satisfatórios; desenvolvimento de projectos piloto de 5G na região;

A implantação desta infraestrutura de telecomunicações, que implica uma extensão de rede adicional ao plano do concessionário, tem um custo de 18 Milhões de Euros e que poderá ser implantada num prazo de 1 ano.

Sobre esta infraestrutura serão desenvolvidos serviços inovadores (telemedicina, mobilidade a pedido, estabelecimento de cadeias curtas, controlo de incêndios,

entre outros), como orçamentação prevista de, cerca de 30 milhões de euros, a desenvolver num prazo de 3 anos.

O *front-end* da rede será constituída pela oferta de uma rede de casas reabilitadas de acordo com modelos de sustentabilidade energética que permitirá a instalação de novos residentes e a melhoria da habitabilidade de atuais residentes (nomeadamente ao nível da monitorização de idosos). Estas casas terão um pacote *smart standard* (botão de pânico, monitorização da qualidade do ar, sensorização biométrica, etc.).

Esta será a vertente da política de habitação que a CIM BSE pretende ver aplicada na sua região. O objetivo político assenta na reabilitação de 1500 casas, 100 por município componente, num custo previsível de 35 milhões de euros.

4.2- P2: Água: Regadios e Rios e Barragens/Albufeiras - Expansão e interligação dos regadios existentes bem como a construção de novos regadios, para efeitos de reforço da capacidade de armazenamento e transporte de água; proteção e valorização dos recursos hídricos dos rios: Côa; Zêzere; Alva e Mondego; com fins de produção de energia descarbonização e sustentabilidade com certificação hídrica.

NOTA: Ao contrário do referido no documento PRR atualizado em 15 fev. 2021 – componente 9. Gestão Hídrica, não é apenas no Algarve e no Alentejo, que se «verificam situações de elevada fragilidade em consequência da persistência de períodos de seca e escassez hídrica», pois na Raia Seca, este é um cenário decorrente das profundas alterações climáticas, em curso, que necessitam de ser travadas e revertidas. Este problema verifica-se também no interior norte do País, com precipitações médias anuais inferiores a 500mm – 600mm).

Montantes de investimento (estimativa) 75 Milhões de euros.

4.3- P3: Floresta e áreas protegidas - Planos de paisagem, reflorestação e descarbonização. Expansão das áreas protegidas. Transformação das áreas protegidas. Área estimada de intervenção: 25 000 ha.

Montantes de investimento (estimativa) 30 Milhões de euros.

4.4- P4: Fundo Regional de Investimento - Fundos de capital para atração de investimento direto estrangeiro; projetos industriais de grande dimensão empregadora; fomento de empreendedorismo tecnológico; e requalificação rural do património edificado com fins habitacionais e de turismo. Investimento e Clusters: *Biotech*; Novas Indústrias; Saúde e Bem-Estar (Estâncias Termais); Turismo; e Social.

Montantes de investimento (estimativa) 100 Milhões de euros.

4.5- P5: Centro Europeu Joint Research Center (JRC) de investigação, subordinado à temática *Lagging Regions* - Centro de investigação europeu, usando o território como laboratório experimental de políticas públicas Europeias; uma rede regional de *Interfaces* entre os recursos endógenos e as fileiras produtivas regionais, com principal destaque para a fileira agroalimentar, reforçando a capacidade de investigação, inovação e transferência de conhecimentos e tecnologia no setor agropecuário, aumentando assim o rendimento dos produtores locais; facilitadores de transferência de conhecimento e tecnologia; e centro de inteligência territorial, ligado à mobilidade, sustentabilidade e competitividade.

Montantes de investimento (estimativa) 15 Milhões de euros.

4.6- P6: Eco-Parques Industriais - Áreas industriais verdes e autossuficientes em matéria de produção e consumo de energias verdes.

Instalação de bio refinarias bio catalíticas, modulares e multifuncionais para processar plantas e resíduos provenientes da manutenção de ecossistemas naturais e vegetação espontânea (resíduos resultantes da manutenção de florestas, matagal mediterrâneo, processamento agroalimentar, plantas silvestres e de fibras naturais cultivadas, desperdícios de podas, matos, giestas, etc.).

Montantes de investimento (estimativa) 10 Milhões de euros.

4.7- P7: Rede transportes a pedido com veículos elétricos - Sistema inteligente de mobilidade elétrica de transporte a pedido. Montantes de investimento (estimativa) 10 Milhões de euros.

4.8- P8: Sistemas de Patrimonialização dos Territórios Produtivos e Paisagísticos - Valorização de recursos endógenos, das paisagens e dos ecossistemas naturais

transformados, que respeitam a história, cultura e biodiversidade próprias do território. Montantes de investimento (estimativa) 10 Milhões de euros.

4.9- P9: Apetrechamento e requalificação do setor social - Requalificação de infraestruturas existentes; reforço de valências relacionadas com doenças degenerativas e cuidados continuados; realização de projetos-piloto de envelhecimento na comunidade; formação e requalificação profissional dos técnicos de saúde, de apoio e cuidadores. Criação de Plataformas Supramunicipais de Intervenção Social que permita criar Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) “qualificada” na área das demências.

Ainda nas áreas de saúde e apoio social, enquadráveis nos eixos estratégicos: (III) o Setor da Saúde e o Futuro; e (IV) Estado Social; a inclusão a requalificação de infraestruturas existentes, em particular as adstritas aos Cuidados de Saúde Primários e o reforço de valências e profissionais de saúde nos Hospitais da Região e às instituições de solidariedade social, para conferir uma resposta eficaz às necessidades da população.

Montantes de investimento (estimativa) 30 Milhões de euros.

5- Acresce ainda que, a CIM BSE pretende ainda ver consideradas e contempladas as componentes associadas a infraestruturas físicas, em termos de vias rodoviárias, uma Rede de Infraestruturas Indispensáveis, de acordo com o preconizado no Plano de Mobilidade elaborado pela CIM das Beiras e Serra da Estrela, em que esta comunidade identifica ainda como necessárias duas modalidades de intervenção com investimento, em dois níveis de acessibilidades:

- (i) **intra-CIM**, ou seja, nas ligações entre diferentes localizações do território desta comunidade, com especial destaque, para estrada de ligação Marialva a Pinhel, a mobilidade muito insatisfatória no maciço central do Geopark Estrela – Geopark Mundial da UNESCO; a mobilidade transfronteiriça, no sistema Gata/Malcata, ligação do Sabugal à província espanhola de Cáceres e ligação do Sabugal à cidade da Guarda (A25 e A23).
- (ii) **inter-comunidades**, isto é, nas ligações entre a CIM de Coimbra, a CIM das Beiras e Serra da Estrela e a CIM da Beira Baixa, em especial, na melhoria da

ligação direta, a Oeste, entre este território e o litoral Centro e Norte, concretamente através os Itinerários Complementares da Serra da Estrela (IC 6, 7 e 37), bem como na ligação direta, a Este, entre este território e a área de fronteira de Termas de Monfortinho Concretamente o IC31, via Penamacor com conexão melhorável ao Sabugal, via EN233 e Vilar Formoso (Estrada da Raia).

6 - Por último, a CIM BSE pretende ainda ver considerado e contemplado investimentos relacionados com o posicionamento estratégico desta Comunidade Intermunicipal, nomeadamente, em alguns concelhos:

6.1 - Com uma centralidade única na Península Ibérica, a Guarda é a principal porta de entrada em Espanha e desde 2014 captou investimentos de €50 milhões, criando-se 600 empregos, com o turismo a disparar 83 por cento;

É um centro estratégico na relação de Portugal com a Europa, um ponto central nas mais importantes rotas internacionais rodoviárias e ferroviárias, onde convergem as autoestradas A23 e A25, as linhas ferroviárias da Beira Alta e da Beira Baixa.

Fruto dos investimentos na área empresarial e de logística, com uma plataforma transfronteiriça a dinamizar a economia regional, tem todas as condições para a afirmação do **cluster da logística de negócios (porto seco)** fruto de um crescendo de novas empresas e ser hoje, na região, o concelho mais exportador de bens (43% do total da Beira Interior, com um volume de 234,2 milhões de euros em 2018);

Nestes termos, e não sendo atendidas as propostas e os projetos apresentados por esta CIM, não pode a mesma formular outro juízo que não seja o de não se rever no plano apresentado, e lamentar a oportunidade perdida para serem alocadas verbas destinadas à coesão territorial, indutoras de uma maior convergência social, económica e ambiental, que este Plano deveria mobilizar, para assegurar uma justa e equilibrada distribuição de fundos públicos Europeus, pensados e atribuídos para promover uma recuperação sustentável dos territórios no espaço Europeu, seguindo uma verdadeira lógica de especialização inteligente, que possa concretizar uma real recuperação do país e torná-lo cada vez mais resiliente.

Guarda, 01 de março de 2021

Luis Tadeu

António Miraldes

Presidente do Conselho Intermunicipal CIMBSE

Secretário Executivo da CIM-BSE